

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Trajetórias de Desenvolvimento e Contextos de Subjetivação e Institucionalização de Adolescentes em Cumprimento de Medidas Socioeducativas¹

Developmental Trajectories and Contexts of Subjectivation and Institutionalization among Adolescents attended in the Socio-Educational System

Tatiana Yokoy²

Maria Cláudia Santos Lopes de Oliveira³

Resumo

A presente pesquisa investiga processos de subjetivação e institucionalização de adolescentes no contexto cultural de uma casa de semiliberdade do Distrito Federal. O arcabouço teórico do trabalho articula a Psicologia Histórico-Cultural, a análise institucional pós-estruturalista e a epistemologia qualitativa. A produção social da delinquência, o papel da intencionalidade individual e a cultura da cadeia como circunscritores que orientam o desenvolvimento são objetos de discussão. Por meio de observações etnográficas e entrevistas narrativas autobiográficas com adolescentes vivendo em uma casa de semiliberdade, procura-se interpretar as trajetórias de desenvolvimento e os contextos de subjetivação e institucionalização dessa adolescência. A análise das narrativas foi integrada à análise da cultura e das práticas institucionais. As recomendações finais sugerem melhorias concretas e simbólicas nas instituições que atendem adolescentes envolvidos em atividades infracionais.

Palavras-chave: adolescência; medidas socioeducativas; epistemologia qualitativa; análise institucional; psicologia histórico-cultural.

Abstract

This research aims at investigating processes of subjectivation and institutionalization of adolescents in the cultural context of a part-time correctional institution in Distrito Federal, Brazil. The theoretical framework articulates cultural-historical psychology, post-structuralist institutional analysis and qualitative epistemology. The social production of delinquency, the role of individual intentionality and prison culture as a symbolic constraint of adolescent development, are discussed. Through ethnographic observations and autobiographical narrative interviews with institutionalized adolescents, we aim at interpreting developmental trajectories and contexts of subjectivation and institutionalization of these adolescents. The analysis of narratives was articulated with the analysis of institutional culture and practices. Lastly, recommendations are formulated to shed new light on the construction of concrete and symbolic changes at institutions which attend adolescents involved with infractions.

Key words: adolescence; juridical psychology; qualitative epistemology; institutional analysis; cultural-historical psychology.

¹ Apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ).

² Mestre em Psicologia Escolar. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Processos do Desenvolvimento Humano e Saúde da Universidade de Brasília. Contato: tatiana.yokoy@gmail.com

³ Doutora em Educação. Pós-doutorada - Clark University, EUA. Professora da Universidade de Brasília. Contato: mcsoliveira@terra.com.br

Introdução

O Estatuto da Criança e do Adolescente, promulgado em 1990, é considerado uma legislação de vanguarda, pois rompe com doutrina da situação irregular e reafirma a noção da proteção da infância e juventude. No que diz respeito a adolescentes “em conflito com a lei”, o Estatuto apresenta as medidas socioeducativas, que visam punir um ato infracional e reparar o dano social. A medida de semiliberdade exige a permanência em estabelecimento socioeducativo nos dias de semana e não comporta prazo determinado, devendo os técnicos elaborar relatórios periódicos. As casas de semiliberdade são unidades residenciais cujas atividades externas são realizadas na comunidade.

Segundo relatórios de Silva e Guerresi (2003) e do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (2002), o perfil do adolescente infrator brasileiro é o de sujeitos do sexo masculino; com idade entre 16 e 18 anos; que não freqüentavam a escola, não trabalhavam e viviam com a família quando praticaram o delito. Em geral, eles não concluíram o ensino fundamental, são usuários de drogas e suas principais infrações são o tráfico de drogas e os atos contra o patrimônio, prevalecendo roubos e furtos.

Pereira (2002) e Oliveira (2002) apontam algumas das motivações relatadas por adolescentes, em cumprimento de medida de privação de liberdade, para terem começado a praticar infrações: a condição socioeconômica; a violência doméstica; o envolvimento com outros infratores; e a idéia de predestinação para o crime. Como fatores que dificultam a saída da trajetória infracional são relatados: as conseqüências financeiras sobre os familiares; as ameaças de rivais; as relações de fidelidade no grupo de pares infratores; e a incredulidade da sociedade na descontinuidade do crime, atualizada nos olhares e recusas de emprego, por exemplo (Silva, 2003; Silva, Rossetti-Ferreira & Carvalho, 2004).

A cada ponto de bifurcação no curso de vida, a pessoa lida com múltiplas circunscrições culturais no processo de constituição da subjetividade (Mishler, 2002). O período de cumprimento das medidas socioeducativas é um possível evento disruptivo, que pode dificultar a construção de novas trajetórias de vida relacionadas à criminalidade e reorganizar as trajetórias de desenvolvimento marcadas pela exclusão social, com flexibilidade para uma

negociação e significação de si, da sua existência e de seus atos (Silva & Rossetti-Ferreira, 2002).

Este relato de pesquisa foi construído a partir de informações de entrevistas narrativas autobiográficas e observações etnográficas realizadas em uma casa de semiliberdade do Distrito Federal, como parte da pesquisa de mestrado da primeira autora sob a orientação da segunda autora, com a autorização do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da Faculdade de Ciências da Saúde da Universidade de Brasília. A partir da investigação de processos de subjetivação e de institucionalização de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, a pesquisa se propõe a interpretar as trajetórias de desenvolvimento e os contextos de subjetivação e institucionalização dessa adolescência específica. Por meio de estados interativos e rituais institucionais (McLaren, 1992), são constituídas maneiras sutis de internalização e atualização dos valores e normas presentes nas práticas institucionais. De acordo com Lopes de Oliveira e Vieira (2006), o *self* do adolescente privado de liberdade se configura nas relações entre os sistemas semióticos formais e informais que compõem a instituição socioeducativa em que vive. Os sistemas formais contemplam as normas de funcionamento e hierarquias relacionais; já os informais abrangem crenças, valores, dispositivos disciplinares implícitos e a cultura institucional.

A presente pesquisa se alinha com as Diretrizes para a Prática Profissional do Psicólogo em Unidades Destinadas a Adolescentes Autores de ato Infracional do Conselho Federal de Psicologia (2006). Assume-se que a produção científica e divulgação de conhecimentos a respeito de medidas socioeducativas deve contribuir para a construção de intervenções profissionais críticas que desnaturalizem práticas instituídas e relações violentas, bem como se pautem em um compromisso ético de garantia da universalidade dos direitos humanos aos adolescentes autores de ato infracional.

Metodologia

Fundamentação epistemológica

Neste trabalho, a metodologia é vista como um ciclo dinâmico de fases indissociáveis, ao longo do processo de construção de conhecimento (Branco & Valsiner, 1997). A epistemologia qualitativa (González Rey, 1997;

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Marecek, 2003) é adotada, destacando-se que a produção de conhecimento é interpretativa, interativa e inserida politicamente em um contexto sociocultural.

Participantes

Os atores institucionais da fase de observação etnográfica incluíam os adolescentes de uma casa de semiliberdade e as equipes técnica, administrativa, de apoio, de voluntários e de educadores sociais. A instituição abrigava cerca de 23 rapazes, entre 14 e 22 anos de idade, da classe média-baixa e baixa, vindos de diferentes cidades do DF. A maioria deles frequentava a sexta série do Ensino Fundamental do terceiro turno (noite) em escola da comunidade. Todos os seis adolescentes entrevistados, aqui identificados por codinomes, já tinham cumprido internações anteriores e relataram histórico infracional que contemplava latrocínio, tráfico de drogas e tentativas de homicídios. Também indicaram uso de álcool e tabaco e muitos deles eram usuários de maconha e cocaína.

Caracterização da casa de semiliberdade

A instituição funcionava no local pesquisado há dois anos e ainda estava em reformas, com móveis improvisados. Não existiam espaços adequados para atendimentos dos adolescentes e suas famílias, que otimizassem a socialização, ou para esportes diversificados em condições seguras. A sigla CSL será adotada em referência à instituição, por considerar que a palavra “casa” remete ao campo semiótico do lar, familiar e afetivo, o que não se expressava naquele contexto.

Procedimentos de construção e análise das informações da pesquisa

Observações etnográficas

As observações etnográficas aconteceram ao longo de sete meses (outubro/2005 a abril/2006) de interações estabelecidas com funcionários, voluntários e adolescentes da CSL. A frequência média de visitas à instituição era de três vezes por semana, no período da tarde. As observações eram registradas em diário de campo, por meio de notas de campo, descritivas e reflexivas. Foram observadas atividades formais e interações informais. Uma atitude não-participante foi

assumida somente nas atividades coordenadas pelos profissionais da CSL, a fim de desvincular o papel de pesquisadora do papel de membro da equipe. A saída de campo foi progressiva, envolvendo a diminuição de idas à instituição, contato exclusivamente telefônico e reunião para oficializar a saída.

Entrevistas narrativas autobiográficas

Foram realizadas seis entrevistas narrativas autobiográficas em que se encorajavam os adolescentes da CSL a contarem suas histórias de vida. As entrevistas oscilaram entre 45 min e 1h20, entre janeiro e março de 2006, registradas em gravador analógico comum e transcritas integralmente. Os adolescentes entrevistados foram selecionados a partir do bom vínculo estabelecido. A entrevista foi conduzida a partir de um roteiro semi-estruturado, prezando-se a não-interrupção do relato e a emergência de narrativas sobre eventos de vida considerados relevantes pelos adolescentes.

Resultados e Discussão

Os tópicos que se mostraram relevantes na compreensão dos resultados da presente pesquisa são apresentados em três seções, a seguir.

Trajetória de vida e contextos de subjetivação dos adolescentes

Esta seção estabelece pontos em comum entre as trajetórias pessoais, familiares e institucionais dos adolescentes da CSL e associa momentos do ciclo de vida e contextos de subjetivação que se mostraram relevantes na pesquisa. A Tabela 1 traz algumas falas significativas dessas relações, sendo que os exemplos apresentados são representativos das vivências regulares dos outros adolescentes da CSL. A trajetória de vida desses rapazes é marcada por baixa escolaridade; uso de drogas; subempregos; e institucionalizações prévias, corroborando os perfis de adolescentes que cumprem medidas socioeducativas traçados também por outros pesquisadores (Silva & Guerresi, 2003; MPDFT, 2002). Os relatos dos adolescentes da CSL expressam a canonicidade de uma infância feliz, uma adolescência irresponsável e uma vida adulta séria e permeada por preocupações com a família.

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

Tabela 1. Trajetória de vida e contextos de subjetivação dos adolescentes.

	Infância	Adolescência	Vida adulta
	“ <i>Eu acho a época melhor. Não sabia in da de nada do mundo. Ficava só no colo.</i> ” (Corisco)	“ <i>Adulto, adulto mesmo, não. Ainda tenho muita coisa que eu tenho que... parar pra pensar um pouco.</i> ” (Januário)	“ <i>Eu acho que eu já sou adulto, né? Que eu já tenho responsabilidade demais.</i> ” (Cajarana)
Família	“ <i>Minha família, tipo, me deu... deu do bom e do melhor.</i> ” (Meia Noite) “ <i>Cabuloso! Toda minha infância é cabuloso!</i> ” (Virgulino)	“ <i>Eles [pais] tá do seu lado, entendeu? Pro que tu precisas. Nunca rejeitou. Sempre tá do meu lado, me dando força.</i> ” (Meia Noite)	“ <i>Vou voltar a estudar, vou terminar meus estudos, né? Trabalhar, comprar meu carro, ter minha casa, ter... Assim, ter um lugar pra mim morar e ter minha família.</i> ” (Januário)
Escola	“ <i>A minha infância foi legal. Soltar pipa, jogar bola, ir pra escola.</i> ” (Januário)	“ <i>Lá [na escola] é uma tentação, moço! Muita gente que eu conheço (...) Não tem como você resistir não, moço! Usar droga, já...</i> ” (Cajarana)	“ <i>Enquanto tava aí roubando, não deu certo. Eu vou tentar é na caneta, agora! Acho que ela... me dá um pouco mais de futuro.</i> ” (Januário)
Rua	“ <i>Curti muito. Ah... sair pra córrego. Massa!</i> ” (Januário) “ <i>Só jogar bola e soltar pipa mermo.</i> ” (Corisco)	“ <i>Comecei a sair pra rua, pra boate, curtir frevo [festa]... Tomar umas e.. Comecei a fumar e... Fui curtindo com os amigos. Aí, foi indo...</i> ” (Januário)	“ <i>Eu tô de boa. Quase nem tô saindo mais não. Eu fico mais é dentro de casa, com a minha dona lá.</i> ” (Januário)

A infância dos entrevistados é qualificada como boa e é idealizada como a melhor época da vida pelos adolescentes entrevistados, pois se sentiam queridos por todos e brincavam em espaços públicos. Esse ideal de infância está associado à pureza e imaturidade, anteriores à conformação às regras sociais e à disciplinarização do corpo nas instituições pelas quais estes adolescentes já passaram. Essa infância idealizada se associa a uma maior valorização do passado, significada como fase da vida em que predominam a ingenuidade e a diversão sobre a violência e sofrimentos das vivências atuais dos adolescentes da CSL. A tentativa de mostrar uma imagem de infância feliz é apresentada narrativamente como antítese à adolescência vivida no contexto da infração.

Dois adolescentes entrevistados enfatizaram mais os elementos “*trágicos*” (*sic*) da própria infância, por apanharem por motivos banais do padrasto alcoolizado, por precisarem trabalhar e terem crescido em comunidade violenta. O trabalho infantil é reportado pelos entrevistados, geralmente, acompanhando seus pais em subempregos ou

realizando pequenos serviços para as figuras de autoridade locais. Diversos trabalhos nos mostram o retrato regular de uma infância vivida na pobreza pelo jovem infrator brasileiro (Assis & Constantino, 2005; Athayde & MV Bill, 2006; Castro, 2005; Rizzini, 2005; Zamora, 2005). As infâncias desses adolescentes são marcadas pelo trabalho infantil no mercado informal; pelo abandono da escola; pela tolerância aos pequenos delitos; e por vivências comunitárias permeadas pela violência dos comandos locais.

Essa idealização da infância pelos adolescentes da CSL pode funcionar como uma salvaguarda da família, que é qualificada como fonte de apoio, carinho e sustento. Os adolescentes entrevistados afirmam que seus familiares são as únicas pessoas dignas de confiança no mundo e ressaltam que suas famílias sempre se esforçaram para dar o melhor a eles. Essa preservação da família pode ser uma reação dos adolescentes às constantes significações, da sociedade em geral e do próprio atendimento socioeducativo, de que suas famílias são desestruturadas, violentas, permissivas e

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

delitogênicas, como também nos aponta os trabalhos de Espíndula e Santos (2004) e Povoia (2003). Na vida adulta, a família adquire, para os adolescentes entrevistados, a conotação de refúgio da violência da rua e a casa é significada como local de proteção e ambiente exclusivo de relações afetivas positivas e desinteressadas.

A adolescência dos sujeitos envolvidos na criminalidade é considerada somente como uma fase de transição pelos entrevistados. Muitos destes adolescentes não têm clareza sobre se posicionar como adolescentes ou como adultos. Da mesma forma, os funcionários da CSL são ambivalentes ao significar os adolescentes da instituição como adultos ou crianças, infantilizando-os quando orientam os pais a levar o adolescente até a porta da sala de aula, ou se isentando de intervenções promotoras de desenvolvimento, por já considerarem-nos como “*homens barbados e pais de família*” (fala da equipe).

A identidade adolescente é associada pelos entrevistados a uma postura de irresponsabilidade, resignação ao destino e às poucas possibilidades de modificar sua própria condição de classe. O adolescente seria aquela pessoa brincalhona, bagunceira, que passa o tempo na rua. Esse estereótipo do adolescente anti-social é adotado e naturalizado pelos próprios adolescentes nas entrevistas e pelos funcionários da CSL, que usam essa imagem para explicar diversos comportamentos de rebeldia às famílias dos adolescentes. Essa representação negativa da adolescência na CSL também é encontrada em outras pesquisas sobre a representação da adolescência pelos próprios adolescentes e pelos profissionais que os atendem (Espíndula & Santos, 2004; Ozella, 2002).

A vida adulta é organizada pelos adolescentes da CSL segundo duas visões contrastantes. A primeira visão do futuro é a da incerteza, da morte, do encarceramento ou de seqüelas físicas. Nessa perspectiva, o futuro contempla o “*matar ou morrer*” (sic) e a metáfora dos três C’s (cadeia, cemitério ou cadeira de rodas), que são dados documentados também em outros trabalhos (Athayde & MV Bill, 2006; Conceição, Tomasello & Pereira, 2003). A entrada na criminalidade é considerada como um contrato eterno, cuja quebra é significada como traição e digna de punição (Silva, 2003; Silva *et al.*, 2004).

Já a segunda possibilidade de futuro narrada pelos adolescentes da CSL contempla uma imagem da vida adulta associada a planos típicos do projeto de vida da classe média: começar a trabalhar, voltar a estudar, fazer os cursos oferecidos pela CSL e

juntar dinheiro para ter um carro. O sujeito adulto, para os adolescentes entrevistados, tem um emprego formal, casa própria e filhos educados. Os resultados da presente pesquisa convergem com os encontrados por Lightfoot (1997), ao apresentar o adulto como aquele que se envolveria em atividades associadas ao trabalho e à família e cujos comportamentos de risco seriam menos freqüentes, devido à mudança do seu *status* legal e às expectativas sociais que prescrevem um comportamento mais conservador.

O retrato da identidade adulta construído pelas narrativas dos adolescentes da CSL é o de uma pessoa com maior agência e capacidade de diálogo. O adulto se relacionaria melhor com a família e não guardaria mágoas de ninguém, o que é atribuído pelos entrevistados ao “*amadurecimento*” (sic). O adulto seria mais racional, sério e calmo do que o adolescente; ele gosta de conversar e prefere lazeres saudáveis. Muitos adolescentes da CSL que se consideram adultos ressentem-se pela perda do emprego e não gostam de ser objeto de constante vigilância na CSL, pois relatam já saberem o que querem da vida e que assumem as conseqüências dos seus atos. Eles moram sozinhos com suas namoradas, têm filhos e cuidam das próprias despesas.

O retorno à escola e à casa da família como sinalizadores de um desenvolvimento adulto contrastam com a permanência prolongada na rua e a fuga da escola, experiências típicas da adolescência dos moradores da CSL. Apesar de a escolarização ser obrigatória na medida de semiliberdade, a escola é um local em que esses rapazes passam pouca parte do seu tempo. Alguns sofrem ameaças de rivais na escola e precisam se esconder ou fugir do local. Outros saem da escola e freqüentam sinucas e bares. Nem a escola nem a CSL são significadas pelos adolescentes entrevistados como ambientes de formação, que podem conferir-lhes agência e auto-estima. Outros mercados, como o tráfico de drogas e as outras infrações, cooptam esses adolescentes, acenando com a possibilidade de inserção na cultura do consumo (Bruner, 2001).

A baixa escolaridade dos adolescentes da CSL é reconhecida por eles como um obstáculo à sua inserção no mundo do trabalho. No entanto, eles não acreditam que ter os diplomas escolares ou dos cursos profissionalizantes seja garantia de emprego no mercado de trabalho formal, o que se coaduna com os trabalhos de Pereira (2002) e Lopes de Oliveira (2003). Para os entrevistados, não há nada de bom na escola, com exceção das moças com quem eles ficam. Outros elementos negativos

também são identificados nas narrativas dos adolescentes da CSL sobre a escola destinada a eles, coerentemente com Assis e Constantino (2005), como: a baixa qualidade do ensino; a falta de motivação para os estudos; as repetidas reprovações; a baixa qualidade das interações com colegas e com professores; além das péssimas relações entre unidade socioeducativa e escola e o despreparo dos educadores para atender essa adolescência.

A saída do ambiente da rua também indica uma entrada na vida adulta, segundo as narrativas dos adolescentes da CSL. Na infância, a rua é o local de brincar e de trabalhar, como discutido anteriormente. A realização de pequenas tarefas para os comandos locais funciona como uma alternativa de trabalho para os sujeitos que não são atendidos pelos serviços e instituições públicas de saúde, educação, justiça e segurança, conforme discutido por Fausto Neto e Quiroga (2003) e por Dowdney (2005). Athayde e MV Bill (2006) e Dowdney (2005) exemplificam a divisão laboral que pode ser exercida nas ruas pelas crianças envolvidas com o mundo infracional, como: olheiros que avisam sobre a entrada da polícia nos territórios (“falcões”); transportadores de drogas (“aviões”); vendedores de drogas (“vapores”); além dos meninos que cometem infrações nos fins de semana para aumentar o orçamento familiar (“sabadões”).

A rua na adolescência passa a ser o ambiente em que os sujeitos passam a maior parte do seu tempo e o contexto em que eles buscam referências identitárias (Pereira, 2002). O contexto da rua é significado pelos adolescentes da CSL com o da “guerra” (rivalidades) e da “*correria*” (atividades infracionais). O mundo da guerra é regido pela lei do mais forte, do “matar pra não morrer”. Lightfoot (1997) e Dowdney (2005) também observam que metáforas bélicas são usadas por adolescentes que se envolvem em comportamentos de risco para descrever seus contextos.

Os adolescentes da CSL relatam se organizar no mundo da rua em grupos caracterizados por atividades delinquentes, códigos severos de comportamento e lealdade, bem como por uma socialização que usa a força bruta e a violência, o que converge com os resultados discutidos por Fausto Neto e Quiroga (2003). Nesses grupos, as condutas são anônimas, o contato com a alteridade é reduzido e as possibilidades de negociação de conflitos e diferenças por modos pacíficos são menosprezadas.

Os adolescentes da CSL dizem entrar na criminalidade por necessidade, pois não conseguem

um emprego cujo salário seja suficiente para sustentar sua família ou para arrumarem namoradas. Eles desejam ter práticas de lazer e objetos de consumo valorizados socialmente, se tornando independentes financeiramente dos seus pais. Indicadores muito semelhantes foram documentados por outros pesquisadores (Athayde & MV Bill, 2006; Dowdney, 2005; Pereira, 2002) quando verificam relatos de que o crime financia sonhos de consumo, como roupas de marca, bicicletas e tênis da moda. Assim, a vida da “*correria*” (atividades infracionais) inicia-se a partir da inserção em atividades informais de trabalho fronteiriças com os delitos, na procura ativa por oportunidades de se desenvolver em contextos em que emprego, escolarização e profissionalização são escassíssimos (Castro, 2005).

No próximo tópico, outros fatores serão discutidos nessa produção social da delinquência, como a corrupção da polícia e dos donos de bares; a cultura permissiva com relação aos pequenos delitos; e a ausência de políticas educacionais que atendam efetivamente esses adolescentes.

A produção social da delinquência

Este tópico problematiza a construção da delinquência por uma sociedade corrupta e corruptora, a partir dos indicadores empíricos da pesquisa sobre a complacência das diversas instituições de socialização dos adolescentes com as pequenas infrações iniciais e o papel ativo do sujeito adolescente ao longo do processo de configuração dessa subjetividade “guerreira”.

A familiaridade com a violência e com atividades ilícitas narrada pelos entrevistados é regularidade desde a infância, o que é coerente com dados de outras pesquisas (Oliveira, 2002; Pereira, 2002; Tomasello, 2006). Os adolescentes da CSL relatam contato desde a infância com armas de fogo, violência doméstica e trabalho infantil, como acabamos de ver no tópico anterior. Além disso, eles dirigem sem habilitação, usam drogas lícitas e ilícitas, freqüentam motéis e jogos de sinuca, que são todas atividades interditas a menores de idade. Eles relatam andar armados no fim de semana, seja para ir ao “*frevô*” (festas), seja para se proteger dos seus rivais, evitando andar a pé para não se tornarem vulneráveis a tiros e emboscadas.

Todos os adolescentes da CSL relatam que suas comunidades são muito violentas, com tiroteios e mortes freqüentes. Todos têm conhecidos que foram mortos na rivalidade das ruas, na “*guerra*”, e vários deles temem pela segurança e o sustento dos

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

seus filhos, pois se consideram marcados para morrer. A morte, para os adolescentes da CSL, faz parte do seu mundo lúdico, como podemos ver nas suas brincadeiras e em seu fascínio pelas armas e pelos jornais com notícias de homicídios hediondos, chamadas ali de “*jornalzinho das mortes*” (sic).

A ida à sinuca e o dirigir sem habilitação dos adolescentes da CSL iniciam-se com a socialização orientada pelos irmãos mais velhos. Em geral, o dirigir sem habilitação é permitido pela família para a realização de pequenas tarefas e em situações de fuga de tiroteios em que alguém está ferido. Essa relativa tolerância familiar com os pequenos delitos é atribuída à significação destes como “bicos”, o que neutraliza julgamentos de valor dos adolescentes como infratores. Além disso, as famílias são complacentes em relação a que o adolescente more sozinho, ou com outros adolescentes, mantendo-se com dinheiro das infrações. As pequenas infrações são justificadas na cultura familiar pelas dificuldades da vida na pobreza, suprimindo necessidades pessoais e familiares, ajudando a pagar o aluguel e a comprar roupas e alimentos para as crianças (Castro, 2005; Fausto Neto & Quiroga, 2003; Tomasello, 2006).

A subjetivação “guerreira”, presente nos relatos dos adolescente entrevistados, é forjada na exclusão social, nos subempregos e suas estigmatizações, refletindo as contradições da globalização, na qual a cidadania é dada pela capacidade de consumo e em que as promessas de universalização de direitos nunca se concretizaram (Fausto Neto & Quiroga, 2003). O consumo como processo de comunicação (Mancebo, Oliveira, Fonseca & Silva, 2002) classifica e diferencia as pessoas, apesar de fornecer a ilusão da abundância e da igualdade. Os adolescentes da CSL buscam acesso a bens dos quais se sentem injustamente privados, mesmo que seja pela via da infração.

As poucas perspectivas de trabalho com as quais eles entram em contato são caracterizadas pela instabilidade e precariedade de vínculos trabalhistas, por não garantirem sua sobrevivência, bem como pelo trânsito entre o ilegal, o informal, o subemprego e desemprego, também documentados por Fausto Neto e Quiroga (2003). Assim, os adolescentes entrevistados não se significam nem como trabalhadores, nem como cidadãos ou ampouco como sujeitos de direitos, noção de base do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Nas famílias de diversos adolescentes da CSL, com frequência, existe mais alguém envolvido com a criminalidade, como também verificado por Zamora (2005). Essa pessoa é representada como o

protetor dos mais fracos, sejam os adolescentes quando crianças, ou suas mães quando apanhavam dos maridos alcoolizados. Esses familiares, embora sejam atualmente representados negativamente pelos adolescentes, exerceram um papel importante na infância deles. Considerando que a polícia é representada de forma negativa nesses contextos culturais, coerentemente com os resultados de Castro e Abramovay (2002) e Dowdney (2005), o “*fazer justiça com as próprias mãos*” (sic) por meio da violência é legitimado por estes adolescentes como forma de defesa e proteção.

Conforme narrado das entrevistas, os donos dos estabelecimentos de sinuca e de motéis oferecem a abertura de contas aos adolescentes e ensinam os dispositivos para enganar a fiscalização. Os adolescentes da CSL relatam que os policiais responsáveis pela fiscalização das sinucas e nas *blitzen* de trânsito são corruptos e ganham propina, para não entrar em determinados territórios ou para fingir que não percebem as irregularidades. Mesmo dentro da CSL, algumas atividades ilícitas ou impróprias estão presentes. À noite, alguns adolescentes fogem da escola, usam drogas e freqüentam sinucas. Agressões verbais entre os adolescentes costumavam ser toleradas pelos funcionários, quando estes julgavam que aqueles fossem mercedores de tais agressões. Somente as agressões físicas eram plenamente sancionadas e punidas.

A escola, da forma como é representada discursivamente pelos adolescentes da CSL, não estabelece nenhuma estratégia que os inclua nas rotinas escolares nem se configura como espaço prazeroso ou protetor, no qual relações afetivas significativas se estabeleçam, como pudemos ver no tópico anterior. Os certificados escolares também não são valorizados, pois não constituem garantia de emprego com carteira de trabalho assinada. Tal qual a CSL, a escola não produz rupturas significativas nas trajetórias de desenvolvimento infracionais dos adolescentes institucionalizados.

Por outro lado, segundo Zamora (2005), os adolescentes pouco são conscientes da própria participação nesses mecanismos sociais de produção da própria delinquência e costumam atribuir o início do seu envolvimento na criminalidade à habituação com o ilícito, se posicionando como pessoas altamente influenciáveis, conforme a própria concepção negativa de adolescência apresentada anteriormente. A passividade e suscetibilidade são evidentes quando os adolescentes da CSL comentam que, na escola, sofrem “*más influências*”

(sic), para matar aula e ir para o bar. A entrada no crime, de acordo com as entrevistas, se tornaria inevitável, quando associada a elementos como: drogas; jogos de sinuca; abandono da escola; porte de armas; “más companhias”; falta do que fazer; viver em comunidade violenta; e se acostumar com atividades ilícitas.

Com frequência, as primeiras infrações dos adolescentes entrevistados são encomendadas por um terceiro e realizadas em companhia de outros adolescentes, já envolvidos com atividades infracionais. O aprofundamento na carreira infracional é atribuído por muitos adolescentes às “más influências”, sejam familiares ou amigos criminosos, e a conflitos emocionais, como a separação dos pais ou uma surra sofrida. Somente quando se trata de ouvir os conselhos das famílias, especialmente das mães e das namoradas, esse alto grau de sugestibilidade é considerado como positivo pelos adolescentes da CSL.

No entanto, em diversos momentos das entrevistas, esse retrato de pessoa facilmente influenciável é questionado, quando os adolescentes se posicionam como pessoas que quiseram entrar na vida do crime para ter fama nas suas comunidades e que já sabiam o que essa vida implicava. A infração como uma expressão da agência e intencionalidade individual também foi discutida por Conceição *et al.* (2003), Castro e Abramovay (2002) e Dowdney (2005). O adolescente toma a figura do criminoso como modelo comportamental e realiza infrações como meio de conseguir *status* social e respeito na comunidade. A figura do traficante, segundo as entrevistas realizadas na CSL, é associada a significados de invulnerabilidade, respeito, poder, riqueza.

Guattari e Rolnik (1993) significam a infração como manifestação de uma vontade de afirmação social e de ser legitimado como sujeito na sociedade capitalista. O sujeito é ativo em seu desenvolvimento, negociando significados na esfera interpessoal e reconstruindo a cultura. O comércio de drogas acena para o adolescente com a possibilidade de melhoria de vida e uma ocupação concreta. Além disso, a atividade no tráfico é uma via possível para a realização de desejos de consumo que não seriam satisfeitos pelos meios legais (Dowdney, 2005; Rizzini, 2005).

A “*justiça com as próprias mãos*” (sic) e a delinquência como estratégia de inclusão na sociedade de consumo são discussões amplas que contemplam não somente a rede de tráfico de armas e de drogas, mas também a permissão da família frente à intimidade com atividades ilícitas e a

corrupção da polícia e dos donos de estabelecimentos comerciais que descumprem o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Outro elemento central à compreensão dessa construção da delinquência é a própria “cultura da cadeia” típica das unidades socioeducativas, a qual será abordada a seguir a partir dos dados da CSL investigada. A “cultura da cadeia” consolida uma identidade infratora e dificulta a promoção de discontinuidades na criminalidade, pois reafirma a lógica retributiva, a masculinidade hegemônica e a desconfiança na alteridade.

A cultura da cadeia⁴

Uma real reprodução da “cultura de cadeia”, tal como se configuram as instituições de sanção para adultos, é evidente nos comportamentos, linguagem e valores da CSL estudada. Ela se torna um circunscritor típico das instituições socioeducativas, que é significado como um referencial para a construção da subjetividade desses adolescentes. O código penal sugere os apelidos dados, por meio dos seus artigos e dos crimes associados, por exemplo, 121 (homicídio) e 157 (latrocínio). Campos (2005) propõe que um verdadeiro dialeto socioeducativo circula dentro e fora das unidades de execução das medidas, em virtude do nomadismo que marca a trajetória de vida destes adolescentes. Diversos elementos observados na CSL, como as gírias típicas das prisões, a lei do silêncio, o retributivismo, a gangue como referência identitária e os comportamentos tipicamente expressos frente aos visitantes, confirmam a associação da CSL com um presídio. Esse *ethos* (McLaren, 1992) do presídio- o humor e a qualidade das comunicações- é o pano de fundo para a compreensão das relações dentro da CSL.

A CSL é percebida como uma prisão pelos adolescentes entrevistados e as medidas socioeducativas são significadas como eufemismos para pena, o que é verificado também em outros trabalhos (Athayde & MV Bill, 2006; Kolker, 2004). Para Kolker (2004), essa significação é facilitada pela semelhança entre as condições de vida de muitas unidades socioeducativas e as prisões, como a baixa qualidade da alimentação; a assistência médica precária; a arbitrariedade das punições; e o desrespeito nas relações. Além disso, a CSL enquanto cadeia é significada pelos adolescentes que ali vivem como um local

⁴ Apesar de reconhecermos que a pesquisa se estrutura no âmbito de instituições socioeducativas, o termo “cadeia” será adotado neste trabalho, pois é dessa forma que esses ambientes foram significados discursivamente pelos adolescentes nas entrevistas.

impróprio para o desenvolvimento de interações positivas.

A lealdade aos moradores mais antigos é um importante elemento da “cultura da cadeia”. Já no primeiro dia na CSL, os adolescentes relatam que são avisados a respeitar especialmente os educadores e os adolescentes mais antigos na instituição e são recebidos com trotes (ex: piadas sobre suas características físicas). Essa recepção, também caracterizada por Campos (2005), objetivaria explicitar como ele será tratado, caso desrespeite as normas implícitas de convivência. Sob o efeito dessas ameaças e violências iniciais, alguns adolescentes fogem da CSL.

Além disso, “*condutas erradas*” (sic), entre as quais desrespeitar verbalmente a mãe do outro e eliminar gases na hora da comida, são justificativas relatadas para surras e podem levar à necessidade de fugir da CSL, para não sofrer mais ameaças ou violências por parte dos outros adolescentes. A lei do silêncio, a não-delação, é norma implícita da CSL, o que implica punições generalizadas e o tratamento dos adolescentes como um grupo homogêneo, em episódios de ocorrências de infração dentro da instituição. Alguns adolescentes fogem (“*pinam*”) da CSL após sofrerem punições consideradas por eles como injustas, mas não delatam o autor da ocorrência.

A expectativa é que o adolescente se comporte como alguém obediente, quieto e humilde na CSL. O *ethos* de sobrevivência na CSL é o da aceitação passiva das normas e da participação nas atividades oferecidas. A troca de favores, como compartilhar cigarros e emprestar dinheiro, é necessária à manutenção de um clima institucional calmo. A humildade e a recusa de privilégios para demonstrar que ninguém é melhor do que o outro são valores que regem as relações na CSL. “*A humildade prevalece, sempre, em toda cadeia*” (fala do adolescente Cajarana).

A lógica da retribuição e do revanchismo são princípios típicos do *ethos* da prisão representados no dia-a-dia da CSL. Se o adolescente for agredido, provocado ou desafiado, ele tem a obrigação e o direito de agredir de volta. Os atrasos na chegada do fim de semana na segunda-feira são descontados na saída, seguindo uma lógica retributiva. Adolescentes e educadores da CSL dizem que tratam uns aos outros da mesma forma com são tratados, em um ciclo de baixa qualidade das relações que se perpetua.

Outra marca da subjetivação dos adolescentes da CSL que nos remete à “cultura da cadeia” é a desconfiança na alteridade, presente também em outros ambientes de institucionalização. Esta

desconfiança abrange as relações dentro do grupo de adolescentes da CSL e entre adolescentes e equipe de funcionários. Esse “*acreditar desconfiando*” (fala da equipe) é uma orientação dada pela equipe da CSL aos familiares dos adolescentes.

A celebração da masculinidade hegemônica é realizada na CSL por meio de piadas preconceituosas, tratamento sedutor às estagiárias, brincadeiras de luta e menosprezo aos sentimentos. Para apartar inícios de briga entre adolescentes que brincavam de se esmurrar, funcionários da CSL dizem que eles deviam “*brigar de verdade*” ou parar com “*essa coisa de viado*” (sic). De acordo com Madureira e Branco (2004), o currículo oculto de gênero exerce impacto significativo no desenvolvimento, ao canalizar a internalização de crenças implícitas, carregadas de afetos e emoções.

Essa “cultura de cadeia” como circunscritora da subjetivação dos adolescentes da CSL se consolida e é internalizada, passando a orientar o desenvolvimento em outros contextos. Na escola, a lógica retributiva rege as relações dos adolescentes da CSL com os seus professores. Se o professor os trata com respeito, os adolescentes dizem que o tratam educadamente e ficam quietos nas aulas. Se o professor é autoritário, reclama dos atrasos ou das conversas em sala de aula, os adolescentes dizem que se comportam mal e o desafiam. Na família, a retribuição também se concretiza no medo de que seus familiares sofram violências pelos rivais e nas surras justificadas pela defesa da honra ou da mãe. Os adolescentes da CSL não estabelecem relações de confiança com os seus pares em suas comunidades, afirmando que seus familiares são seus objetos exclusivos de investimentos afetivos.

Considerações Finais

A análise articulada da cultura da CSL e das narrativas autobiográficas dos adolescentes que ali vivem nos permite acessar os processos de institucionalização e subjetivação dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa. Conjugaram-se as expectativas historicamente constituídas sobre adolescentes infratores e a forma como eles mesmos se apropriam destes significados, na organização das suas ações, afetos e pensamentos, em relação a si mesmos, à alteridade e à sua condição atual.

As medidas socioeducativas potencialmente podem reconfigurar as trajetórias de desenvolvimento marcadas pela exclusão social dos adolescentes autores de ato infracional. No entanto, a própria CSL reproduz a “cultura de cadeia” e não

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

é significada como ambiente promotor de rupturas pelos adolescentes ali institucionalizados. As subjetividades dos adolescentes infratores são engendradas a partir da inserção em atividades informais de trabalho fronteiriças com os delitos, na procura ativa por oportunidades de se desenvolver em contextos culturais complacentes com as pequenas infrações iniciais.

Os resultados da pesquisa apontam que o contexto das medidas socioeducativas no DF se assemelha à situação das demais instituições executoras de medidas no país e sugerem a necessidade de intervenções que compreendam as infrações em sua multideterminação, que abordem os adolescentes em suas singularidades e que incentivem a sua participação social ativa, produtiva e criativa, coerentemente com as Diretrizes do Conselho Federal de Psicologia para a atuação do psicólogo com adolescentes autores de ato infracional (2006). São necessárias mudanças nos circunscritores materiais e nos circunscritores simbólicos das instituições de socialização, a fim de canalizar novas posições subjetivas a serem ocupadas pelos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas.

Referências

- Assis, S. G. & Constantino, P. (2005). Perspectivas de prevenção da infração juvenil masculina. *Ciência e saúde coletiva*, 10(1), 81-90.
- Athayde, C. & MV Bill (2006). *Falcão: meninos do tráfico*. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Branco, A. U. & Valsiner, J. (1997). Changing methodologies: a co-constructivist study of goal orientations in social interactions. *Psychology and developing societies*, 9, 35-64.
- Bruner, J. (2001) *A cultura da educação*. Porto Alegre: Artmed.
- Campos, F. S. (2005). Adolescentes infratores acautelados: uma caricatura dos sistemas penitenciários. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.113-124). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Castro, P. R. A. (2005). O *script* de um drama: um estudo de caso. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.125-138). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.
- Castro, M. G. & Abramovay, M. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de pesquisa*, 116, 143-176.
- Conceição, M. I. G., Tomasello, F. & Pereira, S. E. F. N. (2003). Oficinas temáticas para adolescentes em medida socioeducativa: construindo um projeto de vida. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição & M. T.da Silva (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.203-214). Brasília: Plano.
- Conselho Federal de Psicologia – CFP. (2006). *Seminário: a atuação dos psicólogos junto aos adolescentes privados de liberdade - Relatório 2006*. Brasília: Conselho Federal de Psicologia.
- Dowdney, L. (2005). *Nem guerra nem paz: comparações internacionais de crianças e jovens em violência armada organizada*. Rio de Janeiro: Viveiro de Castro. Retirado em: 12/02/07 de: <http://www.coav.org.br/publique/media/NemguerraNempaz.pdf>.
- Espíndula, D. H. P. & Santos, M. F. S. (2004) Representações sobre a adolescência a partir da ótica dos educadores sociais de adolescentes em conflito com a lei. *Psicologia em estudo*, 19(3), 357-367.
- Fausto Neto, A. M. Q. & Quiroga, C. (2003). Juventude urbana pobre: manifestações públicas e leituras sociais. *Pensar BH política social*, 07, 19-24.
- González Rey, F. (1997). *Epistemologia cualitativa y subjetividad*. São Paulo: EDUC.
- Guattari, F. & Rolnik, S. (1993). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Kolker, T. (2004). A atuação dos psicólogos no sistema penal. In E. P. Brandão & H. S. Gonçalves (Orgs.) *Psicologia jurídica no Brasil* (pp.157-204). Rio de Janeiro: NAU.
- Lightfoot, C. (1997). *The culture of adolescent risk-taking*. New York: Guilford Press.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. (2003). Inserção escolar no contexto das medidas socioeducativas: “sem a escola, a gente não é nada”. In M. F. O. Sudbrack, M. I. G. Conceição & M. T.da Silva (Orgs.) *Adolescentes e drogas no contexto da justiça* (pp.293-307). Brasília: Plano.
- Lopes de Oliveira, M. C. S. & Vieira, A. O. M. (2006). Narrativas sobre a privação de liberdade e o desenvolvimento do *self* adolescente. *Educação e pesquisa*, 32(1), 67-83.
- Madureira, A. F. A. & Branco, A. U. B. (2004). Coconstruction of gender identity in social interactions: the role of communication and metacommunication processes. . In A. U. Branco & J. Valsiner (Orgs.) *Communication*

Yokoy, T. & Oliveira, M. C. S. L. de Trajetórias de desenvolvimento e contextos de subjetivação e institucionalização de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

- and metacommunication in human development* (pp.151-189). Greenwich, CT: Information Age.
- Mancebo, D., Oliveira, D. M., Fonseca, J. G. T. & Silva, L.V. (2002). Consumo e subjetividade: trajetórias teóricas. *Estudos de psicologia*, 7(2), 325-332.
- Marecek, J. (2003). Dancing through minefields: toward a qualitative stance in psychology. In P. M. Camic, J. E. Rhodes & L. Yardley (Orgs.) *Qualitative research in psychology. Expanding perspectives in methodology and design* (pp.49-69). Washington DC: APA.
- McLaren, P. (1992) *Rituais da escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos em educação*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. (2002). *Perfil dos adolescentes infratores do DF: 1997-2001*. Comissão permanente de política criminal. Brasília: MPDF.
- Mishler, E. G. (2002). Narrativa e identidade: a mão dupla do tempo. In L. P. M. Lopes & L. C. Bastos (Orgs.) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares* (pp. 97-119). Campinas, SP: Mercado das Letras.
- Oliveira, M. C. R. (2002). *O processo de inclusão social na vida de adolescentes em conflito com a lei*. Dissertação de Mestrado, Universidade de São Paulo, FFCL-RP.
- Ozella, S. (2002). Adolescência: uma perspectiva crítica. In S.H. Koller (Org.) *Adolescência e psicologia. Concepções, práticas e reflexões críticas* (pp.16-24). Rio de Janeiro: CFP.
- Pereira, F. R. P. (2002). *Jovens em conflito com a lei: a violência na vida cotidiana*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, FFCL-RP.
- Povoa, M. L. S. (2003). *Significações das famílias e dos técnicos das instituições sociojurídicas em relação às medidas socioeducativas*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Rizzini, I. (2005) O surgimento das instituições especializadas na internação de menores delinquentes. In M. H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp.09-12). Rio de Janeiro: Editora PUC Rio.
- Silva, A. P. S. da (2003). *(Des)continuidade no envolvimento com o crime: construção de identidade narrativa de ex-infratores*. São Paulo: IBCCRIM.
- Silva, A. P. S. da & Rossetti-Ferreira, M. C. (2002). Continuidade/descontinuidade no envolvimento com o crime: uma discussão crítica da literatura na psicologia do desenvolvimento. *Psicologia: reflexão e crítica*, 15(3), 573-585.
- Silva, E. R. A. & Guerresi, S. (2003). *Adolescentes em conflito com a lei: situação do atendimento institucional no Brasil*. Brasília: IPEA. Retirado em: 25/01/06 de: <http://www.mp.rs.gov.br/infancia/estudos/id423.htm>.
- Silva, A. P. S. da, Rossetti-Ferreira, M. C. & Carvalho, A. M. A. (2004). Circunscritores: limites e possibilidades no desenvolvimento. In M. C. Rossetti-Ferreira, K. S. Amorim, A. P. S. da Silva & A. M. A. Carvalho (Orgs.) *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano* (pp. 81-93). Porto Alegre: Artmed..
- Tomasello, F. (2006). *Oficinas RAP para adolescentes: proposta metodológica de intervenção psicossocial em contexto de privação de liberdade*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília.
- Zamora, M. H. (2005). A lógica, os embates e o segredo: uma experiência de curso de capacitação com educadores. In M.H. Zamora (Org.) *Para além das grades. Elementos para a transformação do sistema socioeducativo* (pp. 79-112). Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio.

Categoria de contribuição: Relato de Pesquisa
 Recebido: 30/08/2007
 Aceito: 02/06/2008